



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

TERMO DE FOMENTO Nº 037/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO 2023-NP4ZX

TERMO DE FOMENTO Nº 037/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU E O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO – MEPES, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO E NO PLANO DE TRABALHO.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO-SEDU**, inscrita no CNPJ sob nº 27.080.563/0001-93, com sede a Avenida César Hilal, nº 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES, CEP 29056-085 doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, neste ato representada legalmente pelo seu Secretário, Sr. VITOR AMORIM DE ANGELO, brasileiro, casado, professor, portador da Carteira de Identidade nº 1.585.321, expedida pela SSP/ES, inscrito no CPF sob o nº. 053.603.057-03, residente neste Estado e o **MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO - MEPES**, inscrito no CNPJ sob nº. 27.097.229/0001-42, com sede a Rua Costa Pereira, nº 129, Centro, Anchieta/ES, CEP: 29230-000, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pelo Superintendente Geral, Sr. IDALGIZO JOSÉ MONEQUI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 267.623/ES e do CPF nº 106.170.605-25, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei nº. 11.677, publicada no Diário Oficial do Estado em 27/07/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentária em vigor) e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e no Art. 2º da Lei nº 12.527/2011, consoante o processo administrativo nº 2023-6D6LB e mediante as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – O presente Termo de Fomento, tem por objeto a aquisição de câmara de videomonitoramento para segurança da Escola Família Agrícola – EFA de Rio Novo do Sul/MEPES, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.

1.1.1 – O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

f) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

g) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

h) designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

i) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

j) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;

k) apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;

l) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

**II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;

c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 10.42.101.12.361.0033.8684, UG 420101, Gestão 2023, conforme discriminação abaixo:

Fonte: 500 - 100100 - ED: 445042 - R\$ 10.000,00

**CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

5.1 – O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO**

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31/10/2023 (31 de outubro de 2023), conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através da GECIQ – Gerência de Educação do Campo, Indígena e Quilombola, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

- I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;
- V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

- I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I – extrato da conta bancária específica;
- II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
- III – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VI – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

### **CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES**

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES**

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO**

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

13.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS**

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

VITOR AMORIM DE ANGELO  
Secretário de Estado da Educação  
(Assinado eletronicamente)

IDALGIZO JOSÉ MONEQUI  
Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo - MEPES  
(Assinado eletronicamente)



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

## ANEXO I

### PLANO DE TRABALHO

#### 1. DADOS CADASTRAIS

<b>1.1 DA ENTIDADE</b>			
Nome da Entidade: MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO.			
CNPJ: 27.097.229/0001-42			
Endereço: Rua Costa Pereira, 129 - Bairro: Centro			
Cidade: Anchieta	UF :ES	CEP: 29.230-000	
DDD: (028)	Telefone: (28) 3536 -1151	Celular	
E-mail: mepes@mepes.org.br			
Site: www.mepes.org.br			
<b>1.2 DADOS BANCÁRIOS</b>			
Banco Banestes	Agência 156	Conta Corrente 3.695.737-1	Praça de Pagamento Anchieta
<b>1.3 DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE</b>			
Nome completo: IDALGIZO JOSÉ MONEQUI			
CPF nº: 106.170.605-25		RG/Órgão Expedidor:267.623 - SSP-ES	
Endereço: Rua: Avenida Rauta, 1052 – Bairro: Alvorada – Anchieta			
Cidade: Anchieta	UF : E.S	CEP: 29.230-000	
E-mail: idalgizo.monequi@mepes.org.br	Telefone:28-3536-1151	Celular: 28 -99920-7084	
Cargo: Superintendente Geral do Mepes	Eleito em: 23 -05-2019	Vencimento do Mandato: 31 - 12 -2023	
<b>1.4 DA DIRETORIA</b>			
Nome completo: Darci Schaefer		Cargo: Presidente da Junta Diretora do Mepes	
<b>1.5- DO CONSELHO FISCAL</b>			
Nome completo: José Mauricio Roveta		Cargo: Presidente do Conselho Fiscal	
<b>1.6 RESPONSÁVEL PELA PARCERIA</b>			
Pessoa responsável pela parceria dentro da organização: Ronald de Souza Rohr			
Telefone:		Celular: (28) 99254 0628	
E-mail: rohr0104@gmail.com.br			
CPF nº: 075.806.527-22		RG/Órgão Expedidor: 1.598.964 SPTC	
Cargo: Diretor da Escola Família Agrícola de Rio Novo do Sul			
Formação Profissional: Graduado em Ciências Biológicas			



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

## 2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

2.1 TÍTULO DO PROJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Aquisição de câmera de videomonitoramento para segurança da Escola Família Agrícola de Rio Novo do Sul.	<b>Início</b> A partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial.	<b>Término</b> Outubro de 2023
<b>2.2 OBJETIVO GERAL</b> Ofertar maior confiança às pessoas que utilizam as estruturas da Escola Família Agrícola de Rio Novo do Sul, permitindo maior controle e segurança dos espaços da área de vivência dos alunos e das instalações físicas da Escola Família Agrícola de Rio Novo do Sul.		
<b>2.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Maior controle dos espaços da área de vivência dos alunos e das instalações físicas da Escola Família Agrícolas de Rio Novo do Sul;</li><li>• Evitar possíveis ocorrências de latrocínio nos espaços da instituição;</li><li>• Ofertar maior confiança as famílias, conseqüentemente aumentar o número de ingresso e reduzir evasão de alunos;</li><li>• Ampliar formas de vigilância do espaço da escola nos ambientes de convívio dos alunos;</li><li>• Reduzir possíveis atos de vandalismo ofertando segurança para os alunos durante seu período de internato, principalmente no período noturno;</li><li>• Possibilitar um ambiente de trabalho mais seguro aos alunos e funcionários.</li></ul>		
<b>2.4 JUSTIFICATIVA</b> <p>O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo - MEPES é uma entidade filantrópica que nasceu em Anchieta/ES, em abril de 1968, com a missão de contribuir com o desenvolvimento rural sustentável do Estado, especialmente na promoção integral da pessoa humana, tendo o mérito adicional de ter introduzido, no Brasil, a “Pedagogia da Alternância”, através da Escola Família Agrícola (EFA).</p> <p>Assim, desde 1968, vem atuando no meio rural em parceria com o Governo do Estado, na gestão deste modelo de Educação do Campo que utiliza a Pedagogia da Alternância. O resultado desta ação fez com que nascessem 18 (dezoito) Escolas Famílias Agrícolas, sendo 10 (dez) Cursos de Ensino Fundamental e 14 (quatorze) de Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio localizadas em 18 Municípios do interior do Estado, 01 (uma) Escola Família de Turismo localizado em Anchieta - ES e o Centro de Formação do MEPES, situado em Piúma/ES, abrangendo cerca de 637 comunidades rurais de 64 Municípios do Estado do Espírito Santo o que tornou o nosso Estado um verdadeiro laboratório vivo de experiências alternativas de Educação do Campo.</p> <p>As Escolas Famílias Agrícolas/MEPES em sua filosofia e na sua atuação diária busca participar como mediador desta construção do conhecimento técnico e prático dos jovens do campo, famílias e comunidades, através da formação técnica e prática baseada nas grades curriculares e pela experimentação vivenciada nas atividades de aula prática na Escola e nas atividades extracurricular profissional na alternância. Já a Escola Família Agrícola de Rio Novo do Sul, situada na Rua Padre Guido Spolaor, atende 62 (sessenta e dois) alunos devidamente matriculados no Ensino Fundamental II com idade de 11 a 18 anos, filhos (as) de camponeses (as), agricultores familiares, diaristas, enfim, pessoas do campo e cidade. O perfil do egresso é jovens protagonistas, com capacidade para desenvolver diversas atividades de promoção do ambiente rural em âmbito familiar.</p>		



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

Devido à dificuldade de aquisição de materiais com recursos próprios, torna-se fundamental a colaboração de parceiros na aquisição de materiais e equipamentos fundamentais para funcionamento e melhoria do ensino e prestação de serviços para a comunidade escolar.

Sendo assim, os equipamentos solicitados no projeto serão destinados ao apoio das ações necessárias a segurança dos espaços da área de vivência dos alunos e das instalações físicas da Escola Família Agrícola de Rio Novo do Sul. Outro desafio a ser alcançado pelo projeto com a inserção dos equipamentos de segurança é o monitoramento geral dos espaços físicos da escola aumentando a visibilidade das atividades e das ações na EFA.

As câmeras serão disponibilizadas em ambientes externos, levando em consideração o pátio escolar, acesso à entrada escolar, setor de criações, área agrícolas, espaços das aulas e atividades práticas. O local da escola fica próximo a vias de acesso, onde já ocorreram furtos de equipamentos pertencentes à escola, roubos de pertences dos alunos causando prejuízos econômicos, além de contribuir na melhoria da qualidade do ensino dos alunos e condições de bem-estar e comodidade aos estudantes no período de estadia (internato) e na sessão escolar. Os equipamentos de segurança permitirão a viabilização de grandes desafios.

## **2.5 PÚBLICO BENEFICIÁRIO**

### **Direto:**

- Sessenta e dois (62) alunos devidamente matriculados no ensino fundamental II na EFA de Rio Novo do Sul, oriundos de regiões rurais, filhos de agricultores familiares, meeiros, assalariados, diaristas e assentados, caracterizado pela oferta de atendimento educacional da educação do campo com a prática da pedagogia da alternância. Além disso, atende também estudantes da área urbana.

### **Indireto:**

- 57 Famílias envolvidas diretamente nas atividades das EFAs, pais de alunos e membros das Associações; parceiros e amigos da Escola Família Agrícola de Rio Novo do Sul.

Comunidades da região e municípios vizinhos para dias de campo, palestras, cursos e visitas.

## **2.6 ÁREA DE ABRANGÊNCIA**

Atendimento de estudantes na modalidade de ensino da Pedagogia da Alternância, matriculados no Ensino Fundamental II na Escola Família Agrícola de Rio Novo do Sul.

## **2.7 METODOLOGIA**

Os alunos convivem em regime de internato, durante a sessão escolar. A aquisição dos equipamentos descritos no projeto deixará um ambiente mais seguro, permitindo o setor administrativo da unidade ter um maior controle sobre os acontecimentos e quaisquer outras situações que porventura surgirem. As câmeras de segurança serão alocadas em pontos estratégicos para aumentar a visibilidade e o monitoramento das atividades e ações ocorridas na EFA. As câmaras serão disponibilizadas em ambientes externos, levando em consideração o pátio escolar, acesso à entrada escolar, setor de criações, espaços das aulas e atividades práticas. O local da escola fica próximo a vias de acesso com muita movimentação de pessoas, onde já ocorreram furtos de equipamentos pertencentes à escola, roubos de pertences dos alunos causando prejuízos econômicos. Outros locais de interesse para alocação das câmeras são os ambientes internos que não contam com o sistema de vídeo monitoramento: como refeitório, corredores, pátio, salas de aula. Esses ambientes contam com mobília, equipamentos e circulação de pessoas, afirmando a necessidade de um maior controle e proteção desses bens.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

A criação de um ambiente mais seguro e a presença de ferramentas didáticas fará com que as famílias tenham maior confiança em deixar seus filhos sob os cuidados da instituição, aumentando o número de alunos e consequentemente a formação do jovem do campo, bem como garantirá o melhor acesso dos jovens a internet e permitirá aos professores desenvolver melhor seu trabalho com o uso destes equipamentos. Diante da dificuldade de disponibilizar recursos para aquisição dos equipamentos citados a EFA vem expressar a necessidade do apoio do desta Secretaria no fortalecimento destas ações.

**2.8 CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL/QUALIFICAÇÃO EQUIPE TÉCNICA**

**EQUIPE TÉCNICA**

Cargo	Nº de Profissionais	Escolaridade		Atribuições	Já trabalha na instituição?		Período de Contratação (meses)	Natureza de Trabalho (CLT por tempo determinado ou indeterminado ou contrato de estágio)
		SUPERIOR	MÉDIO		Sim	Não		
Diretor da Escola	01	x		Coordenação geral do projeto.	x		Efetivo	Tempo Indeterminado – CLT
Coordenador Pedagógico da Efa	01	x		Gerenciar o trabalho da Instalação de câmeras de segurança na área do ambiente escolar	x		Efetivo	Tempo Indeterminado – CLT
<b>Objetivos Específicos</b>		<b>Meta</b>			<b>Resultados Esperados</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior controle dos espaços da área de vivência dos alunos e das instalações físicas da Escola Família Agrícolas de Rio Novo do Sul;</li> </ul>		Instalar câmeras, permitindo uma resolução mais rápida e eficaz com resolução de possíveis ocorrências.			Criação de um ambiente mais seguro e a presença de ferramentas didáticas que fará com que as famílias tenham maior confiança em deixar seus filhos sob os cuidados da instituição.			
Evitar possíveis ocorrências de latrocínio nos espaços da instituição;		Monitoramento dos ambientes para evitar assaltos.			Aumento no cuidado com os equipamentos, bens móveis e imóveis da escola.			
Possibilitar um ambiente de trabalho mais seguro aos alunos e funcionários, ofertando maior confiança as famílias, consequentemente aumentar o número de ingresso e reduzir evasão de alunos;		Criação de um ambiente de trabalho mais seguro aos alunos, visitantes e funcionários.			Aumentando o número de alunos e consequentemente a formação dos jovens.			
Reduzir possíveis atos de vandalismo ofertando segurança para os alunos durante seu período de internato, principalmente no período noturno, ampliando as formas de vigilância do espaço da escola nos ambientes de convívio dos alunos.		Ampliação do monitoramento em todos os ambientes da escola, permitindo a vigilância e o cuidado com estudantes, funcionários e demais pessoas que fazem uso do espaço da escola.			Monitorar as ações e atividades desenvolvidas pela escola.			



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

2.9 DA ADMINISTRAÇÃO DA PARCERIA

MATRIZ DE MONITORAMENTO

Objetivo Específico	Indicadores quantitativos	Indicadores qualitativos	Fonte de Informação	Formas de coleta de dados	Responsável pela coleta de dados	Periodicidade
Maior controle dos espaços da área de vivência dos alunos e das instalações físicas da Escola Família Agrícolas de Rio Novo do Sul;	Instalação de câmeras de segurança em pontos estratégicos da escola.	Manter vigilância no espaço escolar, propiciando segurança aos alunos.	- Relatório descritivo dos itens adquiridos; -Relação dos registros patrimonial dos bens adquiridos; - Termo de responsabilidade do bem assinado pelo Diretor de cada escola.	Equipe de professores responsáveis pela execução do projeto	Coordenador da escola	Ao final da compra dos equipamentos e instalação.
Evitar possíveis ocorrências de latrocínio nos espaços da instituição;	Instalação de câmeras de segurança em pontos estratégicos da escola.	Propiciar espaço seguro, evitando roubos nas dependências da escola, evitando vandalismo durante o período de internato, especial no noturno.	- Relatório descritivo dos itens adquiridos -Relação dos registros patrimonial dos bens adquiridos - Termo de responsabilidade do bem assinado pelo Diretor de cada escola	Equipe de professores responsáveis pela execução do projeto	Coordenador da escola	Ao final da compra dos equipamentos e instalação.
Possibilitar um ambiente de trabalho mais seguro aos alunos e funcionários, ofertando maior confiança as famílias, consequentemente e aumentar o número de ingresso e reduzir evasão de alunos;	Instalação de câmeras de segurança em pontos estratégicos da escola.	Trazer segurança para as pessoas que circulam no ambiente escolar.	- Relatório descritivo dos itens adquiridos; -Relação dos registros patrimonial dos bens adquiridos; - Termo de responsabilidade do bem assinado pelo Diretor de cada escola	Equipe de professores responsáveis pela execução do projeto	Coordenador da escola	Ao final da compra dos equipamentos e instalação.
Reduzir possíveis atos de vandalismo ofertando segurança para os alunos durante seu período de internato, principalmente no período noturno, ampliando as formas de vigilância do	Instalação de câmeras de segurança em pontos estratégicos da escola.	Evitar vandalismo e promover segurança.	- Relatório descritivo dos itens adquiridos; -Relação dos registros patrimonial dos bens adquiridos; - Termo de responsabilidade do bem assinado pelo Diretor de cada escola.	Equipe de professores responsáveis pela execução do projeto	Coordenador da escola	Ao final da compra dos equipamentos e instalação.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

espaço da escola nos ambientes de convívio dos alunos.						
--	--	--	--	--	--	--

**3- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Meta, Etapa ou Fase)**

Meta	Etapa Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unid.	Quant.	Início	Término
01	1	<b>Sistema de vídeo-monitoramento</b>				
	1.1	GRAVADOR DE IMAGEM (DVR) MHDX 3116 Sistema Processador principal: Integrado de alta performance Sistema operacional: Linux® embarcado  Vídeo Entradas: 16 canais BNC + 8 canais IP ou 24 canais IP no modo NVR¹  Análogica: NTSC / PAL HDCVI: 5 MP / 4 MP / 1080p / 720p HDTVI: 5 MP / 4 MP / 1080p / 720p AHD 5: MP / 4 MP / 1080p / 720p IP: 6 MP / 5 MP / 4 MP / 3MP / 1080p / 720p  Áudio Áudio no protocolo HDCVI: Todos os canais BNC configurados no protocolo HDCVI são compatíveis com câmeras que possuem microfones embutidos ou entradas de áudio. Consulte o manual para mais informações. Entrada de áudio: 1 canal com conector do tipo RCA (15K Ω) Saída de áudio: 1 canal com conector do tipo RCA (15K Ω) Áudio bidirecional Disponível no canal 1  Display Saída de vídeo (monitores): 1 HDMI e 1 VGA Resoluções de saída (em pixels): 3840 x 2160 (HDMI apenas), 1920x1080, 1280x1024, 1280x720 Divisão do mosaico da tela: Modo analógico 1/4/8/9/16 Modo BNC + IP 1/4/8/9/16/25 Máscara de privacidade: 4 zonas configuráveis por canal Informações em tela: Nome do canal, Hora, Perda de vídeo, Bloqueio de câmera, Detecção de movimento, Gravação	Un	01	A partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial	Outubro de 2023
	1.2	KIT ORGANIZADOR VB 1016WP Conexões Entrada do sinal de vídeo: 16 - RJ45 Saída de vídeo: 16- BNC Função 4x1: 4 RJ45 Alimentação para câmera: 1 P4 Macho Alimentação de entrada: NBR 14136  Vídeo Protocolos de vídeo: HDCVI/ AHD/ HDTVI/ Analógico (CVBS) Formato de vídeo: NTSC Alcance com tecnologia analógica: 400 metros Alcance com tecnologia HDCVI: Vídeo: 300 m (720p), 200 m (1080p) Alcance com tecnologia HDTVI: Vídeo: 250 m (720p) e 150 m (1080p) Alcance com tecnologia AHD: Vídeo: 250 m (720p) e 150 m (1080p) Filtro contra ruídos e interferência: Sim Vídeo   Impedância: UTP: 100 Ω RJ45 / Cabo coaxial: 75 Ω BNC  Características complementares Compatível com dados (Menu OSD e PTZ): Sim Compatível com áudio: Sim Sinalização LED verde saída de alimentação: Alimentação Ok Sinalização LED vermelho saída de alimentação: Curto circuito ou sobrecarga no canal Compatível com Rack 19": Sim	Un	01		



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

	<p>Características elétricas Alimentação de entrada:100-240 Vac – 50/60 Hz (Full Range) Capacidade de corrente máxima da fonte de alimentação 7,5 A<sup>2</sup> Consumo máximo de potência 105 W Corrente máxima fornecida em cada canal 1,1A<sup>3</sup> Fonte de Alimentação 13,8 Vdc Proteção antisurto vídeo 1KV vídeo Proteção antisurto alimentação 1,5KV alimentação Norma de proteção antisurto Pulso 10-700µs IEC 61000-45 Modo diferencial</p>				
1.3	<p>HD SATA 4TB PARA SISTEMA DE SEGURANÇA</p> <p>Especificações: - Capacidade: 4TB - Fator de forma: 3.5 polegadas - Formato avançado - Cumpre as normas RoHS</p> <p>Recursos do produto: - Câmera suportadas: Até 64 - Número máximo de compartimentos para unidades suportado: 8+ - Componentes resistentes a manchas</p> <p>Desempenho: - Cache: 64 MB - Classe de desempenho: Classe de 5400 RPM</p> <p>Taxa de transferência da interface (máx): - Buffer para host: 6 Gb/s - Host para/desde drive (mantido): 150 MB/s</p> <p>Confiabilidade/Integridade dos dados: - Ciclos de carga e descarga: 300.000 - Carga de trabalho nominal anualizada: 180 TB/ano - Erros de leitura irrecuperáveis por bits lidos: &lt;1 em 10</p> <p>Gerenciamento de energia: - Leitura/Gravação: 5,1 - Ocioso: 4,5 - Standby e dormindo: 0,4</p> <p>Especificações ambientais: Temperatura (°C na base da unidade): - Em operação: 0 a 65 - Fora de operação: -40 a 70</p> <p>Choque (Gs): - Funcionamento (2ms, leitura/gravação): 30 - Operacional (2ms, leitura): 65 - Fora de operação (2 ms): 250</p> <p>Acústica (dBA): - Ocioso: 25 - Seek (média): 26</p>	Un	01		
1.4	<p>CÂMERA INTELBRAS VHL 1220D</p> <p>Especificações técnicas Sensor: 1/2.7" 2 megapixels CMOS Pixels efetivos: 1920 (H) x 1080 (V) Linhas horizontais: 1920H Resolução real Full HD: 1080p Lente: 2.8 mm Ângulo de visão horizontal: 108° Ângulo de visão vertical: 60° Alcance IR: 20m Comprimento de onda LED IR: 850nm Formato do vídeo: NTSC Protocolos de vídeo: HDCVI Relação sinal-ruído: ≥65 Db</p>	Un	08		



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

	<p>Velocidade do obturador: '1/30s~1/100,000s Sincronismo: Interno Íris: Eletrônica Day &amp; Night: 'Automático (Ajustável), Colorido, P&amp;B Troca Automática do Filtro (ICR): Sim</p> <p>Características Complementares: Controle Automático de Ganho (AGC): ON Compensação de Luz de Fundo (BLC): ON / OFF Balanço de branco: Automático / Ajustável</p> <p>Conexões Saída de vídeo: 75 Ω BNC fêmea Alimentação Conector: P4 fêmea</p> <p>Características Elétricas Consumo máximo de corrente: 160 mA Consumo máximo de potência: 1,9 W Tensão: 12Vdc Range de tensão: 10% (10,8 ~ 13,2Vdc) Proteção antissurto: 15 KV (Vídeo e alimentação)</p>				
1.5	<p>CAIXA DE PASSAGEM 1100 BCO Especificações técnicas</p> <p>Características mecânicas Dimensões: (L x A x P) (A x Ø) 125 x 123 x 60 mm Peso: 0,129kg Cor: Branco Material: Plástico Grau de proteção: IP66 Local de instalação: Interno e externo</p> <p>Características ambientais Temperatura de armazenamento: -20 °C a 60 °C Umidade relativa de armazenamento: 0% a 90% RH</p>	Un	08		
1.6	<p>CABO DE REDE CAT5E</p> <p>Tipo: U/UTP Aplicação: Redes de cabeamento estruturado Impedância: 100 Ohms Revestimento: PVC - CMX Diâmetro: 4,8 milímetros</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 4 pares trançados atendendo ao padrão de cores: Azul/Azul Claro, Laranja/ Branco, Verde/Verde Claro, Marrom/Marrom Claro, quanto à isolamento dos pares;</li> <li>• 24 AWG;</li> <li>• Composto por condutores de cobre nu, isolados em polietileno termoplástico de alta densidade;</li> </ul> <p>Número de Homologação Anatel: 02082-11-05519</p>	Metros	180		

**4. PLANO DE APLICAÇÃO R\$ 1.00)**

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
	Auxílio	R\$	R\$	R\$
<b>TOTAL</b>		<b>R\$10.000,00</b>	<b>R\$10.000,00</b>	<b>R\$</b>



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

**PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS (R\$)**

Meta	Etapa Fase	Especificação	Indicador Físico		Valores	
			Unid.	Quant.	Vr. Unit.	Vr. Total
01	1	<b>Sistema de vídeo-monitoramento</b>				
	1.1	<p>GRAVADOR DE IMAGEM (DVR) MHDX 3116 Sistema Processador principal: Integrado de alta performance Sistema operacional: Linux® embarcado</p> <p>Vídeo Entradas: 16 canais BNC + 8 canais IP ou 24 canais IP no modo NVR¹</p> <p>Analógica: NTSC / PAL HDCVI: 5 MP / 4 MP / 1080p / 720p HDTVI: 5 MP / 4 MP / 1080p / 720p AHD 5: MP / 4 MP / 1080p / 720p IP: 6 MP / 5 MP / 4 MP / 3MP / 1080p / 720p</p> <p>Áudio Áudio no protocolo HDCVI: Todos os canais BNC configurados no protocolo HDCVI são compatíveis com câmeras que possuem microfones embutidos ou entradas de áudio. Consulte o manual para mais informações. Entrada de áudio: 1 canal com conector do tipo RCA (15K Ω) Saída de áudio: 1 canal com conector do tipo RCA (15K Ω) Áudio bidirecional Disponível no canal 1</p> <p>Display Saída de vídeo (monitores): 1 HDMI e 1 VGA Resoluções de saída (em pixels): 3840 x 2160 (HDMI apenas), 1920x1080, 1280x1024, 1280x720 Divisão do mosaico da tela: Modo analógico 1/4/8/9/16 Modo BNC + IP 1/4/8/9/16/25 Máscara de privacidade: 4 zonas configuráveis por canal Informações em tela: Nome do canal, Hora, Perda de vídeo, Bloqueio de câmera, Detecção de movimento, Gravação</p>	Un	01	R\$ 2.890,00	R\$ 2.890,00
	1.2	<p>KIT ORGANIZADOR VB 1016WP Conexões Entrada do sinal de vídeo: 16 - RJ45 Saída de vídeo: 16- BNC Função 4x1: 4 RJ45 Alimentação para câmera: 1 P4 Macho Alimentação de entrada: NBR 14136</p> <p>Vídeo Protocolos de vídeo: HDCVI/ AHD/ HDTVI/ Analógico (CVBS) Formato de vídeo: NTSC Alcance com tecnologia analógica: 400 metros Alcance com tecnologia HDCVI: Vídeo: 300 m (720p), 200 m (1080p) Alcance com tecnologia HDTVI: Vídeo: 250 m (720p) e 150 m (1080p) Alcance com tecnologia AHD: Vídeo: 250 m (720p) e 150 m (1080p) Filtro contra ruídos e interferência: Sim Vídeo   Impedância: UTP: 100 Ω RJ45 / Cabo coaxial: 75 Ω BNC</p> <p>Características complementares Compatível com dados (Menu OSD e PTZ): Sim Compatível com áudio: Sim Sinalização LED verde saída de alimentação: Alimentação Ok Sinalização LED vermelho saída de alimentação: Curto circuito ou sobrecarga no canal Compatível com Rack 19": Sim</p> <p>Características elétricas</p>	Un	01	R\$ 2.199,00	R\$ 2.199,00



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

		Alimentação de entrada:100-240 Vac – 50/60 Hz (Full Range) Capacidade de corrente máxima da fonte de alimentação 7,5 A <sup>2</sup> Consumo máximo de potência 105 W Corrente máxima fornecida em cada canal 1,1A <sup>3</sup> Fonte de Alimentação 13,8 Vdc Proteção antissurto vídeo 1KV vídeo Proteção antissurto alimentação 1,5KV alimentação Norma de proteção antissurto Pulso 10-700µs IEC 61000-45 Modo diferencial				
1.3		HD SATA 4TB PARA SISTEMA DE SEGURANÇA  Especificações: - Capacidade: 4TB - Fator de forma: 3.5 polegadas - Formato avançado - Cumpre as normas RoHS Recursos do produto: - Câmera suportadas: Até 64 - Número máximo de compartimentos para unidades suportado: 8+ - Componentes resistentes a manchas  Desempenho: - Cache: 64 MB - Classe de desempenho: Classe de 5400 RPM  Taxa de transferência da interface (máx): - Buffer para host: 6 Gb/s - Host para/desde drive (mantido): 150 MB/s  Confiabilidade/Integridade dos dados: - Ciclos de carga e descarga: 300.000 - Carga de trabalho nominal anualizada: 180 TB/ano - Erros de leitura irrecuperáveis por bits lidos: <1 em 10  Gerenciamento de energia: - Leitura/Gravação: 5,1 - Ocioso: 4,5 - Standby e dormindo: 0,4  Especificações ambientais: Temperatura (°C na base da unidade): - Em operação: 0 a 65 - Fora de operação: -40 a 70  Choque (Gs): - Funcionamento (2ms, leitura/gravação): 30 - Operacional (2ms, leitura): 65 - Fora de operação (2 ms): 250  Acústica (dBA): - Ocioso: 25 - Seek (média): 26	Un	01	R\$ 1.539,00	R\$1.539,00
1.4		CÂMERA INTELBRAS VHL 1220D  Especificações técnicas Sensor: 1/2.7" 2 megapixels CMOS Pixels efetivos: 1920 (H) x 1080 (V) Linhas horizontais: 1920H Resolução real Full HD: 1080p Lente: 2.8 mm Ângulo de visão horizontal: 108° Ângulo de visão vertical: 60° Alcance IR: 20m Comprimento de onda LED IR: 850nm Formato do vídeo: NTSC Protocolos de vídeo: HDCVI Relação sinal-ruído: ≥65 Db	Un	08	R\$ 289,00	R\$ 2.312,00



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

	<p>Velocidade do obturador: '1/30s~1/100,000s Sincronismo: Interno Íris: Eletrônica Day &amp; Night: 'Automático (Ajustável), Colorido, P&amp;B Troca Automática do Filtro (ICR): Sim</p> <p>Características Complementares: Controle Automático de Ganho (AGC): ON Compensação de Luz de Fundo (BLC): ON / OFF Balanço de branco: Automático / Ajustável</p> <p>Conexões Saída de vídeo: 75 Ω BNC fêmea Alimentação Conector: P4 fêmea</p> <p>Características Elétricas Consumo máximo de corrente: 160 mA Consumo máximo de potência: 1,9 W Tensão: 12Vdc Range de tensão: 10% (10,8 ~ 13,2Vdc) Proteção antissurto: 15 KV (Vídeo e alimentação)</p>				
1.5	<p>CAIXA DE PASSAGEM 1100 BCO Especificações técnicas</p> <p>Características mecânicas Dimensões: (L x A x P) (A x Ø) 125 x 123 x 60 mm Peso: 0,129kg Cor: Branco Material: Plástico Grau de proteção: IP66 Local de instalação: Interno e externo</p> <p>Características ambientais Temperatura de armazenamento: -20 °C a 60 °C Umidade relativa de armazenamento: 0% a 90% RH</p>	Un	08	R\$ 20,00	R\$ 160,00
1.6	<p>CABO DE REDE CAT5E</p> <p>Tipo: U/UTP Aplicação: Redes de cabeamento estruturado Impedância: 100 Ohms Revestimento: PVC - CMX Diâmetro: 4,8 milímetros</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 4 pares trançados atendendo ao padrão de cores: Azul/Azul Claro, Laranja/ Branco, Verde/Verde Claro, Marrom/Marrom Claro, quanto à isolação dos pares;</li><li>• 24 AWG;</li><li>• Composto por condutores de cobre nu, isolados em polietileno termoplástico de alta densidade;</li></ul> <p>Número de Homologação Anatel: 02082-11-05519</p>	Metros	180	R\$ 5,00	R\$ 900,00
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>R\$ 10.000,00</b>



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Avenida César Hilal nº. 1.111 - Sala 02 - Térreo - Bairro Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085  
Fax (27) 3636.7680 - Tel. (27) 3636.7682

**5. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO R\$ 1.00**

**CONCEDENTE - 2023**

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
	-	-	-	-	-	-

Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	-	<b>R\$10.000,00</b>	-	-	-	-

**PROPONENTE – CONTRAPARTIDA - 2023**

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
	-	-	-	-	-	-

Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	-	-	-	-	-	-

**6. DECLARAÇÃO**

Na qualidade de representante legal do proponente declaro para fins de prova junto à Secretaria de Estado da Educação, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consideradas nos orçamentos do Estado, na forma deste plano de trabalho.

Pede deferimento.

Anchieta/ES,

**IDALGIZO JOSÉ MONEQUI**  
Superintendente Geral do MEPES  
(Assinado eletronicamente)

**7. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE**

Aprovado

Vitória/ES,

**VITOR AMORIM DE ANGELO**  
Secretário de Estado de Educação  
(Assinado eletronicamente)

## ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**IDALGIZO JOSE MONEQUI**  
CIDADÃO

assinado em 27/07/2023 08:14:28 -03:00

**JOSIVALDO BARRETO DE ANDRADE**  
SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01  
SEAF - SEDU - GOVES

assinado em 26/07/2023 16:22:17 -03:00



### INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 27/07/2023 08:14:28 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por HYARA CRISTINA GUEDES (SUPERVISOR I QC-01 - SFCCI - SEDU - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2023-HHP8GH>